

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



EDITORIAL: O SERVIÇO PÚBLICO NA BAHIA E O CONFISCO SALARIAL DO GOVERNO BURGO-PETISTA PG.2

PG.4

SAÚDE E LUTA COMUNITÁRIA

UM SANTO DO PAU OCO NA SAÚDE OU REFLEXÕES SOBRE UMA MEDICINA ASSALARIADA PG.6

PG.10

UNASUL, UMA ESPERANÇA FALIDA

O ESTÁGIO E A PRECARIZAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA PG.11

PG.12

ENTREVISTA DO MOMENTO: PATRÍCIA TRÓPIA

DEMOCRACIA NO BRASIL: UM PRODUTO ACESSÍVEL À BURGUESIA, MAS QUE CUSTA CARO À POPULAÇÃO PG.18

PG.19

NÃO É UM EMBARGO NEM UM BLOQUEIO. É UMA GUERRA CONTRA A SOBERANIA CUBANA!

TERAPIA NÃO BASTA: SAÚDE MENTAL E CAPITALISMO PG.21

PG.23

SUSPENDER NÃO É REVOGAR: PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO E UMA OUTRA EDUCAÇÃO NA BAHIA

ESPAÇO CULTURAL MEDEIA NEGRA: UM GRITO CANDENTE PG.26

PG.27

MEMÓRIA LÊNIN - 153 ANOS NA HISTÓRIA

O serviço público na Bahia e o confisco salarial do governo burgo-petista



Foto: Rafael Martins/SECOM

Por Milton Pinheiro

O serviço público na Bahia enfrenta uma crise sistêmica. Trata-se da mais completa e longa ausência de visão estratégica sobre os reais problemas do estado e do quadro funcional que intermedia a relação Estado e povo, a partir da lógica do interesse público, que é o funcionalismo em seus mais diversos ramos.

Ao contrário do que seria uma gestão social-democrata, mesmo de caráter tardio, em tese representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), temos uma coalizão burgo-petista de baixa intensidade quando a operação é o bem-estar social na Bahia. O caráter elementar do modelo de gestão pública do governo do estado da Bahia é demonstrar para as diversas frações burguesas e para a mídia corporativa a chamada eficiência neoliberal no controle do tesouro público.

Reiteradas vezes, em outras oportunidades, já tratamos da forma-política gerencial do burgo-petismo na Bahia. O maior destaque dessa operação é o arrocho salarial sem precedentes nas carreiras do serviço público. Para além dessa perspectiva política,

os governos liderados pelo PT nesses 16 anos, e agora com o escolhido de Rui Costa, tem como base para seus investimentos um tripé que é marcado pela remuneração da construção civil (equipamentos públicos e vias de acesso), a desoneração para setores do agronegócio e indústria terceirizada do ramo de petróleo, e financiamento do complexo do turismo.

No caso de maior repercussão, arrocho salarial, o PT no governo do estado da Bahia tem uma política de confisco salarial há quase 9 anos. Esse gestor político não faz a devida recomposição salarial diante da inflação; aumentou de forma vertiginosa a taxa do confisco previdenciário; retirou direitos; está destruindo o Planserv com aumentos abusivos e diminuição da oferta médica; tornando assim, do ponto de vista da ação concreta, o funcionalismo de carreira no inimigo a ser derrotado.

A comprovação do descaso com o funcionalismo e o longo confisco salarial são os dados fiscais da Bahia. O governo do PT gasta apenas 43,98% com pessoal, quando o limite máximo é de 60%, o limite prudencial é de 57% e o limite de alerta é de 54%. Esses dados são



de 1º de fevereiro do corrente ano e a fonte é FIPLAN/SEFAZ/COPAF, assinada por Manoel Vitório que é o secretário estadual da fazenda.

Diante desse quadro fiscal, conquistado na guerra contra o funcionalismo público, o governo do PT teve o descalabro de enviar para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que recompõe o salário dos trabalhadores públicos em 4%, ao tempo em que aumenta o Planserv em 4%. Trata-se de uma completa falta de respeito ao corpo funcional da Bahia que ao fim e ao cabo enfrenta é quem procura minorar os graves problemas da população. Essa chacota do governo tem que ser enfrentada com mobilização e greve.

Mas, vamos examinar o tripé de desenvolvimento citado anteriormente. No primeiro caso do tripé, o governo investe em equipamentos públicos que são incapazes de cumprir sua finalidade por não ter funcionários públicos para atender a demanda precípua ou por ser entregue para o terceiro setor que, para aferir maiores vantagens, também não contratam quadro de pessoal adequado.

Na orientação do segundo caso, o governo opera uma desoneração em desfavor do interesse público e alimenta setores lucrativos que paulatinamente vão destruindo a perspectiva de gerar empregos, a exemplo do agronegócio ou indústria pobreza do Brasil, na expressão da economista Sofia Manzano. Sem entrar no mérito de outros empreendimentos regionais que se especializaram no confisco do fundo público.

No último caso, o financiamento de um ramo complexo como o turismo tem demonstrado o caráter desarticulado da ideia de desenvolvimento econômico. A gestão

da economia pública da Bahia a cargo do senhor Manoel Vitório, abnegado carlista na sua restrita e tosca ideia de desenvolvimento regional, torna impraticável qualquer projeto estratégico focado na mudança dos indicadores sociais.

A ausência de uma ideia de Bahia, projeto estratégico e desenvolvimento, é a marca registrada do burgo-petismo na Bahia. As universidades estaduais, por perseguição desses governos, não são respeitadas em seus papéis e nem são chamadas para pensar o desenvolvimento sustentável. Apesar de estarem presentes em todos os territórios de identidades do estado, o garrote da vingança política sobre as universidades as impede de ter uma dinâmica concreta para operar suas finalidades dentro do tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) e são marcadas por contingenciamentos, cortes orçamentários e ausência de autonomia. A universidade estadual não existe para o governo do PT nos últimos 16 anos.

Na ordem da institucionalidade política, o burgo-petismo continua agindo nesse universo nos moldes do presidencialismo de coalizão na província, e nos mesmos termos do então líder político Antônio Carlos Magalhães, o avô. A lógica é da divisão de cargos por votação regional e presença nas casas legislativas (federal e estadual). A sociedade civil, na sua forma organizada, jamais é chamada para definir critérios de intervenção estatal. É lamentável, mas, em território baiano o cenário político é de nada de novo no front.



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo
Caires e João Abreu**

Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

**Bernardo Ramos, Guilherme Corona, Rodrigo Santos,
Gabriela Pithon, Matheus Almeida, Ágatha Luz, Antony
Araújo, Víctor Almeida, Gabriel Galego e Ellen Lis M. Melo**

Revisora responsável

Camila Oliver

Colaboradores de revisão

Matheus Almeida e Caíque Nascimento

Colaboradores de redes digitais

Matheus Moreira, Rafael Requião

contato@omomento.org | www.omomento.org

SAÚDE E LUTA COMUNITÁRIA



Por Rômulo Caires

Quando pensamos em saúde geralmente invocamos um objeto que nos é muito caro, muito íntimo, algo que nos move, elixir de nossas vidas. Quem não gostaria de ter boa saúde? Todas as sociedades que existiram sempre elaboraram e organizaram o cuidado em saúde de sua população, mesmo que cada agrupamento tivesse concepções particulares do que seja saúde, muitas vezes confundida com toda sorte de pensamento religioso.

Sendo uma determinação tão arraigada na vida cotidiana, as visões sobre como se pensa e se pratica a saúde são muito influenciadas pela política, pela arte, pela filosofia, enfim pelas várias formas de consciência de uma época. Os antigos pensavam a saúde intimamente ligada com a totalidade da vida, e as doenças eram quebras do equilíbrio do corpo com a natureza. No decorrer das grandes transformações que edificaram o capitalismo ao redor do mundo, se por um lado aumentou as formas de racionalização de proteção da força de trabalho a partir da ciência moderna, por outro houve quebra de equilíbrios anteriores, expropriação de riquezas, crises sanitárias, destruição ambiental.

A medicina chamada de científica tendencialmente atuou pela localização cada vez maior da doença no corpo individual, dando expressão ideal à eventos reais que ocorriam no tecido social. A separação dos trabalhadores dos meios de produção de sua vida material também significou a alienação dos meios de produzir saúde. Se tal evento impulsionou as forças produtivas do trabalho, significou também perda de controle pelos trabalhadores de suas próprias forças vitais. No decorrer do século XX se expandiu ao redor do globo as intervenções biomédicas, a superespecialização das práticas de saúde e o fortalecimento de abordagens desumanizantes.

O avanço da consciência crítica sobre as formas de dominação capitalista, as reações imediatas ao descaso generalizado com a saúde das populações mais pobres, a percepção que a saúde se trata de um complexo de múltiplas determinações, impulsionaram lutas e demandas por reformas da vida social como um todo. A saúde não podia mais ser entendida apenas em seu aspecto individual e biológico, mas passou a envolver diversas camadas da vida cotidiana como moradia, alimentação, educação, acesso ao lazer e a instrumentos culturais, etc.

Em algumas localidades a luta por reformas profundas na vida social desaguou em processos revolucionários, como na Rússia. Em texto [anterior](#) abordamos um pouco desta experiência e como ela transformou as concepções e práticas vigentes sobre saúde no século XX. Entretanto, como reação aos avanços do movimento comunista e como uma tentativa de dar respostas aos graves problemas sociais, muitos países capitalistas implementaram modificações nas práticas de cuidado.

Uma nova formulação que surge nos países capitalistas é a de “saúde comunitária”. Com tal visão, a saúde não é mera ausência de doença no corpo, mas o resultado da interação dos seres humanos com o ambiente circundante e o impacto dos sistemas de saúde sobre essas pessoas. O Estado passa a ser mais cobrado pelas melhorias na infraestrutura das cidades, incidindo sobre questões como o saneamento básico e sobre a organização do espaço.

Além disso, a população de determinados territórios passa a ser convocada a maior participação nos destinos do cuidado em saúde. É interessante notar como a expansão da Medicina Comunitária nos EUA acompanha o crescimento das lutas a favor dos direitos civis. Como



uma forma de bloquear a revolução social e a transformação radical da sociedade norte-americana, muitas concessões foram feitas aos movimentos revoltosos. Alguns bairros proletários tiveram melhorias, chegaram serviços de saúde e medidas de incremento nos locais de moradia foram realizadas.

No decorrer das décadas seguintes alguns organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI apoiaram o fortalecimento da chamada “participação popular” na organização da saúde e defenderam concepções próprias de “saúde comunitária”. O exemplo norte-americano dos anos anteriores respondia ao desafio de evitar a revolução fazendo pequenas modificações no ordenamento social a partir de políticas focais. A focalização do cuidado em saúde e a abertura de pequenos espaços de participação popular tornou-se uma espécie de política global para os tempos vindouros.

No Brasil, o Movimento Sanitário abraçou a ideia de “participação popular”. Principalmente a partir das propostas de democratização da sociedade brasileira na luta contra a Ditadura, os reformadores da saúde postularam a necessidade de fortalecimento da “sociedade civil” contra o Estado autoritário. Numa espécie de visão neutra da sociedade civil como boa em si mesma, sem conflitos de classe em seu interior, se apoiou a presença do “cidadão” em instrumentos de suposto controle e regulação do Estado. A partir da pressão operada dentro das instituições se objetivou alcançar transformações graduais na situação sanitária brasileira.

Analisando o resultado da implementação da “Medicina Comunitária” nos EUA e os diversos modelos de “saúde comunitária” espalhados pelo globo notamos de forma geral que tais formulações costumam esconder a real natureza da sociedade capitalista e do poder estatal a partir de concepções abstratas de participação popular e da resolução focal de problemas sanitários. Aproveitando da revolta autêntica da população contra a alienação de suas condições de saúde e da desumanização capitalista, aproveitando da aparência de que “participação” significa poder político de fato, as frações burguesas e seus aparelhos de hegemonia cooptaram importantes lutas para que o destino da Revolução Russa não se generalizasse.

A luta comunitária foi nesse sentido compreendida como ocupação gradual dos espaços institucionais como forma de avançar nas reformas em saúde. Postulando uma porosidade infinita do Estado às demandas populares, movimentos de esquerda se desarmaram de suas reivindicações classistas e contestatórias da ordem capitalista. Muitas vezes a participação popular se resumiu a consultorias sem poder real por exemplo sobre orçamentos públicos. A noção abstrata de comunidade muitas vezes dá margem para uma concepção de sociedade “plural”, em que não há conflitos inconciliáveis ou que o [Estado](#) pode ser transformado a partir de sua ocupação interna, sem modificação radical de sua natureza.

Com tais proposições não queremos negar a necessidade de questionar os modos de alienação da socie-

dade capitalista em relação ao cuidado em saúde. Há aspectos verdadeiros por trás das formulações da “saúde comunitária” como a ideia de que a saúde não se resume ao corpo individual, devendo ser transformada também as condições “ambientais”. O problema é que a não nomeação das reais contradições da sociedade capitalista e a não percepção da natureza de classe do Estado, independente de suas condições conjunturais, promove postulações utópicas, quando não mistificadoras.

As lutas comunitárias na saúde não podem assim se conformar como espaços de pressão por “democratização do Estado” ou muito menos de “substituição” do Estado. Se pela primeira via há um gradualismo que impede a percepção da necessidade de ações de força e pela segunda via se oculta possibilidades táticas de utilização da máquina estatal, os comunistas devem defender uma superação dialética dessas posições. A participação em trabalhos ligados ao cuidado “comunitário” e a ocupação de posições institucionais não podem substituir a construção de instrumentos próprios de poder da classe trabalhadora. Não há uma via pacífica e gradual de melhorias sociais sem a confrontação direta da dominação burguesa.

Os trabalhadores da saúde, pela sua posição de agentes do cuidado, os usuários de saúde, pela necessidade imediata de serviços de saúde, podem pensar conjuntamente em medidas para melhorar a situação sanitária de seus territórios. Questionar as formas individualistas das práticas hegemônicas na medicina, reivindicar saberes úteis ao povo mas que foram expropriados, são momentos importantes das lutas comunitárias em saúde. Porém o caminho de superação do reformismo e apassivamento que os modelos hegemônicos de luta comunitária nos delegaram passa por conectar as lutas comunitárias ao mundo do trabalho e a dinâmica da luta de classes.

É preciso entender as [determinações](#) sociais do processo saúde-doença e chegar à concepção da necessidade de uma modificação radical da sociedade, de suplantação do capitalismo e construção de um novo modo de sociabilidade. As lutas comunitárias se farão pela unificação em espaços não só consultivos, mas com capacidade de autogestão do cuidado em saúde. Faz-se necessário a construção de Fóruns que abarquem em si organizações classistas que se mobilizam para enfrentar o poder burguês a partir de greves, ações diretas, ocupação de espaços públicos, etc.

Associações de moradores, sindicatos, organismos culturais e partidos políticos se aglutinarão para ações que confrontem diretamente a hegemonia burguesa no sentido de construção da independência da classe trabalhadora. Todavia, não haverá nenhuma expectativa no gradualismo e na ocupação do Estado, mas a leitura das contradições em cada espaço de luta que possibilitarão um avanço da consciência revolucionária. O objetivo não deve ser garantir a “cidadania”, mas a emancipação humana, incluindo a elaboração de um autêntico sistema de saúde a serviço da classe trabalhadora.

UM SANTO DO PAU OCO NA SAÚDE OU REFLEXÕES SOBRE UMA MEDICINA ASSALARIADA



Foto: Mulyadi / UNnsplash

Por Bernardo Ramos

Desde a última década do século XX, a saúde no Brasil enfrenta um movimento pulsante de mercantilização e de degradação de suas condições de trabalho. A medicina, com todas as suas regalias, é um tipo de trabalho na saúde e, portanto, não escapou dessa dinâmica. Em nossa análise, trataremos da proletarianização, um processo de subordinação da força de trabalho médica ao capital que se acelerou a partir dos anos 90, e como esse mesmo processo contradiz a ideologia corporativista com a qual médicas e médicos ainda se identificam. Vale ressaltar, porém, que consideramos somente médicos que vivem do seu trabalho e que são assalariados dentro de instituições com capital privado ou misto, por entendermos que empresários com histórico na medicina atuam como capitalistas e não como trabalhadores. Com relação àqueles que trabalham no SUS, abordaremos suas especificidades em outro momento.

Iniciaremos então no período de agitações políticas, econômicas e sociais que ficaram conhecidas como Revolução Francesa (1789), quando as práticas do ofício médico eram certamente muito distintas das atuais. Esse movimento revolucionário estabeleceu condições para que se vislumbrasse a construção de sociedades com

relações livres, igualitárias e fraternas, ainda que o projeto se restringisse a uma fração específica do mundo ocidental. Em meio a esse contexto, no campo do trabalho, a medicina manifestou-se como uma perfeita representação desses ideais, já que naquela época, a relação médica hegemônica era tipicamente liberal, ou melhor, orientadas pelo princípio de liberdade, na qual um médico não trabalhava para ninguém além de si mesmo e recebia de seu paciente, o valor integral do seu tempo de trabalho, bem como o lucro que ele próprio estabelecia para seus serviços.

Essas ideias, já no século XIX, foram representadas no Brasil Império pela intelectualidade liberal que se formava nessas terras, após voltarem de uma França em que se vivia a era das "Luzes". Junto a esses intelectuais, se encontrava a categoria médica, que contou com figuras de destaque na história, como o humanista Lino Coutinho, que compôs a junta baiana durante a Independência, além de ter ocupado diversos cargos políticos. Eram majoritariamente homens formados em medicina que compartilhavam alguns interesses em comum, tanto por suas posições de classe quanto pela ideologia médica que se formava naquele meio, o que os levou ao

processo de articulação da uma fração própria da pequena burguesia.

Naquele período, médicos começavam a estabelecer sua prática social, a qual se centrava em tentativas de incorporar a medicina ao cotidiano da população, com propostas de “higienizar” as cidades para que se aproximassem das metrópoles europeias e na participação política com a ocupação de cargos como deputados e ministros. De acordo com o historiador João José Reis, eles acreditavam que a medicina seria a vanguarda do processo “civilizatório” no Brasil. Essa convicção que ainda ressoa nos dias atuais, mesmo que o conhecimento médico, no decorrer da história, tenha expressado compreensões ora mais acertadas e ora absurdas acerca da realidade e dos processos de saúde e doença.

Em 1832, inaugurou-se na Bahia e no Rio de Janeiro as primeiras faculdades de medicina brasileiras. Nesse ano, o Brasil já contava com algumas associações médicas, dentre as quais se destacou principalmente a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), que se tornaram com o tempo, instrumentos através dos quais médicos atuavam na política e na sociedade. Nesse contexto em que se pensava a medicina enquanto ciência pura, apesar da precariedade metodológica, orientada sobretudo pelo racionalismo francês, havia também um processo de estabelecimento de normas para a prática médica, tal como nos mostra a criação de um espaço de ensino específico para sua formação.

A formação desses espaços, universidades e associações, contribuiu com a consolidação de certa autonomia dessa fração da pequena burguesia frente a outros grupos que disputavam a direção política do império, dentre os quais não podemos nos esquecer dos escravizados e de suas insurreições. Essas tentativas de formalização e controle da medicina a partir de instituições específicas do ofício foi um dos fundamentos concretos para o desenvolvimento do corporativismo médico brasileiro.

Devemos ressaltar, a partir da exposição acima, que a influência da medicina sobre a nossa realidade possui uma dinâmica própria, com altos e baixos na história, que é determinada pelo conflito de interesses entre diversas frações das classes sociais, das quais os médicos eram apenas um grupo disputando a política e o projeto de sociedade brasileira. Como exemplo desse embate, mencionaremos a cemiterada, que foi uma revolta popular ocorrida em Salvador em 1836, após mudanças práticas e legislativas das tradições funerárias da cidade. Além das

determinações econômicas desse levante, como a construção do primeiro cemitério privado da Bahia, o Campo Santo, houve antes um intenso debate médico sobre a limpeza de Salvador, em que se destacava o risco à saúde que representavam as sepulturas em igrejas e em outros locais inapropriados para enterros.

Foi também a partir dessa discussão supracitada, na qual médicos se inspiravam na origem miasmática das doenças, ou seja, na crença de que o adoecimento era causado pelo ar impuro e “viciado”, que pressionou-se o governo do estado para alterar a legislação funerária. Apesar da relevância do debate acerca das tradições de sepultamento em relação ao espaço social no qual se realizavam, a medicina mostrou-se extremamente equivocada quanto aos mecanismos pelos quais compreendia o processo de saúde e doença. Essa teoria dos miasmas, predominante na época, foi posteriormente refutada em favor da tese microbiana, após as contribuições de cientistas europeus como John Snow e Louis Pasteur na segunda metade daquele mesmo século.

Uma vez que temos uma noção da lógica por trás da história médica no Brasil, tornaremos então à contemporaneidade, mais precisamente ao mês de agosto de 2020, quando o Conselho Federal de Medicina, uma associação nacional importante na defesa dos interesses do ofício médico, em que a ideologia corporativista encontra um expressivo suporte material, emitiu uma nota contrária à uma tentativa de simplificação do processo de revalidação de diplomas de médicos formados em universidades no exterior. Naquele momento, o país estava no auge da pandemia por COVID 19, o que parece ter sido pouco influente sobre a decisão do CFM, que apressadamente se opôs à proposta de aumento da capacidade de trabalho em saúde com o Revalida simplificado. Essa mesma entidade, em outro momento, devido a orientações reacionárias na política, se posicionou de forma inconsistente com relação às medidas preventivas e ao “tratamento precoce” propostos durante o período de crise sanitária, bem como se discutiu em outro texto [O tratamento off-label: considerações sobre medicina e luta de classes].

Ainda sob a mesma perspectiva, em 2023, a Associação Médica Brasileira criticou o retorno do programa Mais Médicos com argumentos que sugerem uma desconfiança quanto à qualificação de médicos estrangeiros, e mesmo brasileiros, graduados em universidades do exterior. Para dos órgãos que regulam e influenciam a medicina no Brasil, escuta-se em postos de saúde

de e hospitais, queixas que transmitem ideias semelhantes, como a preocupação com a vinda de médicos cubanos que roubam os empregos de nossos “mediciners”. Essas concepções, no plano da sociabilidade, também se manifestam na forma particular em que médicos se relacionam entre si, quase como uma casta, exibem seus jalecos bordados, dignificados por seu vasto histórico de trabalho árduo, com seus méritos e especializações. Ainda nessa dimensão pessoal, raramente esboçam adequada simpatia por seus colegas de trabalho de outras categorias, muitos dos quais são frequentes alvos de críticas e reclamações.

Apesar dessa caricatura que montamos, deve-se evitar a personalização dos processos analisados, pois ainda que se manifestem no âmbito individual e corporativo, através das entidades médicas, eles compõem um mesmo fenômeno social, o que chamamos de alienação. Certamente nem todos que trabalham como médicos se portam ou pensam da maneira como descrevemos, mas ainda assim, pode-se dizer que a categoria médica, bem como outras categorias de trabalho, é alienada. E o que isso quer dizer afinal?

Sem a pretensão de explicar algo complexo em poucas palavras, vamos trabalhar com uma situação elucidativa que sirva ao nosso propósito momentâneo, enquanto deixamos um maior aprofundamento para publicações futuras. Uma vez que constatamos isso, podemos afirmar que no momento em que um indivíduo se depara com o produto de seu trabalho, mas não o reconhece, tendo a percepção de que esse produto ganha vida própria e o domina, a alienação já está em curso. Esse fenômeno também produz um mundo fragmentado em aparência, no qual trabalhadores já não veem um ao outro como trabalhador com interesses semelhantes, mas como concorrentes.

O fenômeno descrito acima não existe somente enquanto experiência subjetiva, pois há de fato relações sociais que formam sua base material e, portanto, a alienação se expressa enquanto restrições à vida humana. Para exemplificar, vamos ao cenário em que um trabalhador da saúde recém formado vai ao dono de um hospital privado e pede um emprego. Caso seja contratado, ele terá que trabalhar antes para produzir lucro para o hospital e não para satisfazer as suas necessidades, pois pouco importa ao patrão se o salário desse trabalhador será suficiente para sustentá-lo por um mês. Esse indivíduo, portanto, está alienado dos meios que necessita para trabalhar e para sobreviver, porque são pos-

ses do dono do hospital, mas também está alienado do produto de seu trabalho, ou seja, não tem controle sobre aquele serviço, o qual passa a determinar sua forma de viver, sendo obrigado a produzi-lo em benefício de outros.

Durante o século XIX, a medicina no Brasil aparecia a seus representantes como campo no qual realizavam experimentos, ainda que tivessem baixo rigor metodológico e científico, e descobertas clínicas e laboratoriais, sob influências de tradições indígenas, africanas e europeias, formando a prática médica. Na política, também tinham uma participação expressiva através de assessorias ao governo, pela ocupação de cargos políticos e até mesmo em revoltas como a Sabina. Nesse sentido, o ofício médico, enquanto campo de conhecimento técnico, e posteriormente científico, é um produto histórico e social do trabalho clínico e acadêmico na área da saúde e das ciências de um modo geral. Entretanto, a medicina passa a subordinar o trabalho que a produz, sobretudo com o acelerado avanço tecnológico potencializado no último século, manifestando-se como um ser místico de vontades próprias, ou seja, ela assume uma forma fetichizada.

As condições históricas nos impuseram, salvas aquelas exceções que enriqueceram às custas do trabalho alheio com seus históricos na medicina, um contexto social no qual a massa de trabalhadores médicos se assemelha aos anjos de Michelangelo que labutam para sustentar seu Deus (a medicina) nos céus, enquanto pairam sobre Adão (o povo) na terra. Na busca da essência desse fenômeno da alienação do trabalho médico, a encontramos junto às relações mercantis que avançaram sobre a saúde no Brasil e no mundo, sobretudo no último século. O que levou a categoria médica a pensar e a agir corporativamente foi a própria realidade concreta e não as ideias por si só.

Como exemplo de determinações concretas mais específicas desse fenômeno, podemos mencionar o assalariamento do trabalho médico; a “flexibilização” das formas de contratação através da pejetização, em que trabalhadores da saúde passam a ser tratados como “empresas”; a hiperespecialização, e conseqüente segmentação, da medicina; a perda do controle sobre seus meios de trabalho com a dependência das novas tecnologias e dos avanços científicos, o que também inseriu a saúde no processo produtivo de dados; a subordinação da saúde no país à indústria monopolista internacional de insumos e seus rendimentos absurdos, os quais permitem a participação do capital nacional investido



da saúde nesse setor da economia, o que talvez garanta os “generosos” salários médicos por alguns anos; o desenvolvimento de um complexo jurídico que limita a autonomia médica; uma formação tecnicista que os impele a um pensamento mecânico, protocolar; a mudança da participação médica na dinâmica de divisão social entre trabalho intelectual e manual; etc.

Aqui vamos nos deter a uma reflexão sobre essa suposta generosidade dos salários médicos no Brasil, uma crença bastante aceita socialmente, talvez pela exuberância dos fatos. Evidentemente, trabalhadores médicos têm uma média salarial maior que a média de outras categorias da saúde e de trabalho de um modo geral, o que proporciona maiores possibilidades de empreendimentos pessoais e garantem uma vida minimamente confortável para os padrões pequeno-burgueses, resta saber até quando essa situação irá se sustentar. Por outro lado, médicos se igualam ao trabalhador da fábrica no ponto de vista do capital, já que garantem lucros aos patrões, através de uma certa quantidade de mais-trabalho, ou seja, trabalho não pago, não representado nos salários que recebem.

A amplitude dos salários se relaciona aos custos para se produzir um trabalhador de um tipo ou de outro, à taxa de desemprego, à dinâmica de oferta e demanda no mercado de trabalho, dentre outras causas, algumas das quais podemos retomar em publicações subsequentes. Como exemplo, expomos os gastos exuberantes com a formação médica, sobretudo nas universidades privadas regidas por grupos monopolistas, mas também em instituições públicas, nas quais o maior número de vagas é reservado àqueles que oportunamente tiveram acesso ao ensino médio privado e à cursinhos preparatórios nacionalmente famosos.

Ao final, podemos dizer que o santo, vazio de conteúdo concreto, carente de solidez, despedaçou-se com a queda do altar. Na estátua, remontada às pressas, vê-se as fendas entre seus fragmentos, pois jamais tornará a ser a mesma de antes. Vivemos uma era na qual o culto às santidades perdeu seu valor. Há nesse agora, o avesso do sagrado, uma profana divindade (o dinheiro), única e onipotente, que domina tudo aquilo que toca, até o dia em que fizer cair as estrelas do céu sobre a terra, levando ricos e poderosos a se esconderem em suas cavernas, enquanto abandonam o povo às chamas do fim dos tempos.

Essa analogia se refere ao caráter quase santificado que se atribui à medicina (um santo

do pau oco), ao saber e ao ofício dos médicos, que desfrutaram de enorme prestígio na contemporaneidade, mas que perde seu poder progressivamente para o domínio do capital sobre a saúde. O parágrafo se encerra com a subordinação da realidade, da qual o trabalho médico faz parte, às relações capitalistas de produção, conduzindo a sociedade humana a uma total degradação. Foi a partir dessa submissão que a medicina (canonizada no último século) perdeu sua santidade, quando o processo de proletarização obrigou médicos a venderem sua força de trabalho ao patrão em troca de salários. Essa relação social de assalariamento tornou-se predominante com o tempo, derrubando os médicos à posição de meros mortais proletários.

A partir dessa última constatação, destacamos que o trabalho em saúde, que todas as suas categorias de serviços, é extremamente importante para a humanidade. Contudo, em uma sociedade capitalista, assume a função econômica de garantir um estado minimamente saudável ao trabalhador, um grau de funcionalidade, e aqui encontramos também espaço para críticas e debates, para que esse continue trabalhando, além de produzir lucros altíssimos para a indústria de insumos e para as instituições privadas de saúde. Com isso, se impõe uma necessidade ainda mais expressiva de subversão dessa compreensão corporativista da medicina, a partir do reconhecimento de si mesmo enquanto proletário, ao enxergar o outro, colegas de outras frações da classe, como como companheiro de luta, colocando fim à distância ilusória entre o céu e a terra.

É preciso abandonar a consciência burguesa, pois essa já não serve mais à totalidade dos interesses médicos. Assumir a consciência revolucionária solidária a nossa classe proletária é o primeiro passo no plano individual, para coletivamente se organizar enquanto trabalhadores da saúde. A medicina não irá salvar o mundo e, como vimos, pode até mesmo dificultar uma possível salvação pessoal, com todos os erros históricos do saber médico e com a negação da ciência de outros momentos. Sem maniqueísmos, ou seja, sem dividir a realidade entre o bem e o mal, abandonamos nossos santos e heróis para nos lançarmos à mobilização popular, em uma luta contra o capital para que uma humanidade desalienada e livre renasça dos escombros do capitalismo.

UNASUL, UMA ESPERANÇA FALIDA



Por Guilherme Corona

Já nos seus primeiros seis meses de mandato, o presidente Lula, em consonância com sua agenda de integração latino-americana, anuncia a volta do Brasil a UNASUL.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização intergovernamental fundada em 2008, que almeja a cooperação multissetorial entre os países da América do Sul, principalmente através da integração das uniões aduaneiras da região, o MERCOSUL e a CAN (Comunidade Andina, que junta Bolívia, Colômbia, Equador e Peru).

Em seu auge, chegou a reunir todos os doze países da América do Sul, representando o um projeto de integração regional protagonizado pela chamada onda rosa, que instaurou diversos governos de caráter progressista na região. A situação vai mudar a partir de 2018, quando diversos países, já com governos de direita, vão sair e tentar promover a PROSUL, uma organização que pretendia antagonizar a UNASUL.

Mesmo assim, a UNASUL não foi desmontada, permanecendo com alguns membros importantes para a política regional, como a Venezuela e a Bolívia, que permaneceram com governos progressistas, liderados pelo PSUV e pelo MAS, respectivamente. Essa longa resistência recompensaria, já que com a volta do petismo e do peronismo para os governos do Brasil e da Argentina, ambos os países anunciaram a volta ao bloco.

Com isto, os povos latino-americanos poderiam dar um suspiro de alívio, a integração regional interessaria a todos nós, construir um mercado interno forte e desafiar o imperialismo, construindo a independência tão sonhada,

de Bolívar a Chávez, de Zumbi a Marighella.

Esses suspiros nunca passariam disso, suspiros. Se nem o governo Maduro, herdeiro mais direto do chavismo na região, pudera avançar com um projeto de conciliação, não seriam Lula ou Fernandez, muito mais dispostos a se prostrar ante ao imperialismo, que o fariam.

Nenhum projeto conciliatório poderia avançar na construção de uma independência da região, mesmo que se coloquem de forma relativamente desafiadora em frente ao império, ao fazer negócios com a China, como os diversos acordos celebrados pelo governo Lula na sua visita de negócios.

Isto se dá pela própria essência do capitalismo brasileiro, que é liderado por uma burguesia dependente, mais disposta a destruir seu país, extraindo seus recursos e sangrando seu povo, do que permitir que houvesse uma maior distribuição de renda no país ou a devolução da soberania a seu povo. Nem mesmo poderia, porque qualquer menor reforma do capitalismo brasileiro apontaria para a necessidade de avançar na construção do socialismo.

Por mais que seja importante explorar as contradições entre as diferentes frações da burguesia internacional, e apoiar as medidas que enfraqueçam a influência do império na região, não nos iludamos em defender de forma acrítica uma integração regional levada a frente pela burguesia, cabe aos trabalhadores liderar o processo, construindo o Poder Popular e o internacionalismo proletário.

Abaixo ao Império, abaixo ao capitalismo, rumo a Pátria Grande, rumo ao socialismo, avante!

O ESTÁGIO E A PRECARIZAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA



Foto: Desola Lanre-Ologum - Unsplash

Por Rodrigo Santos

Vemos cada vez o estagiário sendo utilizado como mão de obra barata para gerar lucro as empresas, devemos, portanto, lutar pela profissionalização e organização dos estagiários.

A lei 11.788/2006, também conhecida como lei do estágio, define o mesmo como “Estágio ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”, todavia na prática não encontramos um “um ato educativo escolar supervisionado que visa a preparação ao trabalho”, mas sim uma forma das empresas e órgãos públicos de conseguir uma mão de obra barata e precarizada, tendo em vista que a lei não propõe uma bolsa estágio mínima para o estagiário, a qual o ajude com as despesas básicas: alimentação, transportes e etc.

Apesar dos setores da burguesia ainda tentarem vender o estágio como uma ótima forma de aprendizado, pautada nos ideais de meritocracia e na falsa promessa de um futuro na área, o que vemos na prática é uma sobrecarga do trabalho do estagiário, o qual na maioria das vezes sacrifica sua vida acadêmica e pessoal para conseguir cumprir as metas de produtividade do estágio ou conseguir conciliar os estudos com estágio.

É perceptível o desgaste da juventude trabalhadora nos estágios, visto que muitos destes estágios prometem um trabalho “digno” e bom ambiente de aprendizado, entretanto os estagiários sofrem com sobrecarga de tarefas, desvio de função feita pelos próprios patrões, no qual o estagiário, além de fazer as funções previstas no contrato, muitas vezes recebe funções fora do acordado, como por exemplo, entregar o famoso cafezinho para o patrão. Além é claro das

constantes humilhações durante o período de trabalho, visto que em muitos estágios não é permitido ao estagiário, que legalmente está em período de aprendizagem, cometer erros comuns. Tais humilhações até levam à clássica brincadeira de comparar estagiário com escravo, a qual além de ser uma brincadeira que humilha o estagiário, evidencia como a burguesia enxerga a juventude trabalhadora: não como trabalhador, mas sim como forma de mão de obra barata e precarizadas, inclusive fazendo-se valer de brechas legais, como estágio voluntário para precarizar ainda mais a mão de obra do estagiário. Portanto, é importante lembrar que salário é o mínimo que devem pagar pelo valor gerado pelo trabalhador, e qualquer forma de trabalho sem salário digno é escravidão.

Por mais que a lei e os juristas burgueses ainda classifiquem o estágio como um ato de aprendizado, vemos na realidade uma relação de trabalho precarizada e muitas vezes degradante, que põe em risco a saúde mental e a vida da juventude trabalhadora.

Torna-se tão evidente o quão humilhante é o estágio e o quão forçosa é tal relação que nem direito à greve e sindicalização é permitido ao estagiário, tampouco vemos na prática os cumprimentos legais do estágio tal como a redução da jornada de trabalho em período de provas.

Diante de tais fatos, cabe a juventude trabalhadora lutar por uma reformulação na lei de estágio, garantindo uma bolsa estágio mínima e digna, a proibição dos famosos estágios voluntários; um estágio que valorize a profissionalização do estudante em sua área, a garantia de inserção do jovem trabalhador em sua área

Devemos lutar pela profissionalização e regulação do estágio.

ENTREVISTA DO MOMENTO PATRÍCIA TRÓPIA



Foto: Reprodução - Diário de Uberlândia

Por Milton Pinheiro

Patrícia Vieira Trópia é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. É mestre em Ciência Política e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Realizou Pós-doutorado na Université Lumière Lyon II. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho no período 2020-2021. É co-autora do livro Panorama do Sindicalismo no Brasil 2015-2019, publicado pela Fundação Friedrich Ebert, 2022.

O MOMENTO - Do ponto de vista da compreensão do que seja trabalho, como você analisa essa questão no atual momento histórico em que vivemos?

Patrícia Trópia: O trabalho é a fonte de toda riqueza e, como tal, constitui uma relação central na sociedade capitalista. Mas o trabalho é sempre invisibilizado e desvalorizado. A cada crise do capital coloca-se a necessidade de recomposição da taxa de lucro. Desde a crise de 2008, assistimos a mudanças que vão no sentido retirar direitos e ampliar as formas de exploração do trabalho, precarizando as condições de trabalho. A financeirização da economia tem como condição a desproteção social ([Lavinás, 2017](#)). Estamos em uma fase do capitalismo em que no Norte Global se discute a redução da jornada de trabalho, todavia o traba-

lho remoto tende a ampliar o número de horas trabalhadas e aqueles (as) que estão inseridos em setores informais, precários e terceirizados (com predomínio de migrantes e mulheres), continuam com elevadas jornadas. No Sul Global tem ocorrido aumento e intensificação da jornada de trabalho. Basta tomarmos o caso dos (as) motoristas de Uber que trabalham mais de 10 horas diárias, ou ainda - se quisermos tomar um outro polo da estrutura ocupacional - o exemplo de médicos. A *Demografia Médica do Brasil* mostra que, em 2019, 44% dos médicos pesquisados afirmaram ter quatro ou mais trabalhos ([Scheffer et al., 2020](#)). Em 2014, este percentual era de 24,2%. Apenas 20% dos médicos tinham um único vínculo, enquanto 11% tinham seis ou mais vínculos. Em média, no país, os médicos tinham 3,61 vínculos de trabalho

cada um Quase a metade dos pesquisados (45,9%) afirmaram trabalhar mais de 60 horas por semana, sendo que 28,9% disseram trabalhar mais de 80 horas semanais (ou 11,4 horas por dia em média, incluindo fim de semana).

Os aplicativos e plataformas (softwares) são meios de produção à disposição do capital que subordinam os trabalhadores da área de tecnologia da informação (TI) a realizar um trabalho perpétuo (Castro, 2016), quando os próprios trabalhadores e as trabalhadoras, majoritariamente contratados como MEI e PJ, não descansam, não tiram férias, não desligam. Entre desenvolvedores de games, a jornada de trabalho pode chegar a 65-80 horas semanais nos períodos de pico de trabalho (Woodcock, 2020). Denominado *crunch*, estes períodos, impostos por empresas nas semanas que antecedem ao lançamento de jogos, tendem a ser naturalizados, mas seus efeitos são brutais sobre a saúde e as relações sociais vividas pelos (as) programadores (as), especialmente.

Mundialmente, foi retomada a bandeira da redução da jornada de trabalho para 32 de 35 horas semanais (Dal Rosso et al., 2022). A luta pela redução da jornada de trabalho, pelo tempo livre, pelo direito a se aposentar antes de morrer está na raiz de vários protestos e movimentos. Talvez o exemplo mais ilustrativo da centralidade do trabalho na sociedade capitalista atual sejam os conflitos, protestos e as greves na França contra a Reforma da Previdência do governo Macron. O movimento sindical francês está colocando em evidência não apenas a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, mas a centralidade da luta material, objetiva, pelo direito ao tempo livre e à aposentadoria após anos de trabalho.

O MOMENTO - As reformas trabalhistas de Lula à Temer impactaram em quais sentidos o mundo do trabalho?

Patrícia Trópia: Podemos tomar como referência a Constituição de 1988, quando os (as) trabalhadores (as) brasileiros (as), por meio de suas entidades sindicais, partidos e movimentos sociais, lutaram para constitucionalizar direitos trabalhistas e sociais: redução da jornada de trabalho para 44 horas, direito de greve no serviço público, a plena igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Desde o governo de Fernando Collor, contudo, foram várias as iniciativas que buscaram e levaram à redução de direitos. No governo FHC foram instituídas mudanças no sentido de flexibilizar os direitos trabalhistas, com alterações no contrato de trabalho. Passou a ser permitida a demissão temporária (Lay off) e a ampliação do contrato por

tempo determinado de trabalho. Ademais foi instituído o banco de horas e a PLR. Esperava-se que o governo Lula (2003-2010) revertesse o processo de flexibilização de direitos, mas isso não ocorreu. Neste governo, foram instituídas novas possibilidades de contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa, criando-se os contratos de Pessoa Jurídica ou PJ. A contratação como PJ legalizou uma forma de burlar os direitos trabalhistas, pois essa modalidade de contratação possibilita a dissimulação da existência de vínculo empregatício. A lei do Super Simples também permite a flexibilização de alguns direitos trabalhistas no caso de micro e pequenas empresas. Embora não tenha sido instituída nos governos do Partido dos Trabalhadores, a terceirização das atividades meio não apenas não foi enfrentada como triplicou.

Em 2016, houve um processo de impeachment de Dilma Rousseff e o resultado foi um golpe. A contrapartida pelo apoio de amplos setores do capital ao processo de impeachment de Dilma Rousseff foi a adoção, pelo governo Michel Temer, de um conjunto de medidas voltadas a reduzir o "custo Brasil". O documento do PMDB, *Ponte para o Futuro*, sintetizava o conjunto de interesses dos setores da burguesia para a economia e para o trabalho. A primeira medida tomada por Temer foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos em áreas como saúde e educação por 20 anos e a seguir a "Lei da Terceirização irrestrita" e a "Contrarreforma Trabalhista".

A Reforma Trabalhista de 2017 retirou espaços de atuação das associações sindicais e alterou o conceito de direito do trabalho, abrindo a possibilidade da prevalência do negociado sobre o legislado e da negociação individual sobre a coletiva.

Na conjuntura da Reforma Trabalhista, grande parte dos sindicatos e das centrais sindicais fizeram mobilizações importantes, organizaram a maior greve da história do país, em abril de 2017, para tentar impedir a tramitação do PL 6.787/16. A Reforma Trabalhista foi aprovada, por meio da Lei nº 13.467/2017, mas ela não criou empregos e sim muitos bicos; não ampliou os contratos formais e não fortaleceu as negociações coletivas. Não cumpriu o que prometeu.

Desde a Constituição de 1988, então, nota-se várias investidas no sentido de retirar direitos, enfraquecer a ação sindical, rebaixar o padrão protetivo do trabalho, estimular a concorrência e a divisão entre setores (público e privado), trabalhadores formais e não formais, e sobretudo difundir aspectos da ideologia neoliberal no seio das classes trabalhadoras.

O MOMENTO - O que poderia nos apresentar sobre o perfil da classe trabalhadora no Brasil do começo do século XXI?

Patrícia Trópia: A classe trabalhadora sempre foi heterogênea. A ideia de homogeneidade da classe trabalhadora é muito influente, mas, desde a Revolução Industrial, o conjunto dos trabalhadores é muito heterogêneo. A condição de assalariamento, que em um primeiro plano fundiria em uma mesma classe o conjunto dos vendedores da força de trabalho (formais ou informais), não é analiticamente suficiente para compreendermos as relações de produção no capitalismo, nem as relações sociais e políticas e, nem menos ainda, a luta de classes.

Marx e Engels trataram de forma muito sofisticada a questão do fracionamento da classe trabalhadora. Eles identificaram na classe trabalhadora: proletariado, lumpensinato, aristocracia operária e trabalhadores não manuais (improdutivos ou classes médias). Identificaram o papel central da divisão técnica do trabalho no processo de trabalho e na política.

Não é apenas a divisão técnica entre trabalho manual e não manual segmenta as classes trabalhadoras. Outros marcadores sociais também são importantes: raça, etnia, gênero, geração, inserção em distintos setores econômicos, estatuto salarial público ou privado, padrão de direitos, formalização ou informalização contratual, contratação ou subcontratação (terceirização, quarteirização). São aspectos muito importantes. Não em si, mas porque mobilizam opressões, relações mais ou menos despóticas e assimétricas vividas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras e que podem ser catalizadores da luta coletiva.

Reconhecer a “heterogeneidade” da classe trabalhadora constitui uma tarefa teórica e politicamente fundamental para se construir estratégias de organização e unidade política. William Foster (1926), dirigente da IWW, advertira que era imperativo organizar em sindicatos os milhões de informais nos Estados Unidos. Quase um século depois é forçoso reconhecer que apenas uma fração das classes trabalhadoras é sindicalizada e que o desafio das organizações “*en massa*”, como afirmou [Engels](#), continua vivo.

Desde os anos de 1970, sindicatos de setores desorganizados vêm sendo criados no Sul Global e as organizações existentes nos Estados Unidos e em países europeus tem se renovado na tentativa de incorporar esses setores. Muitas delas, como adverte [Sophie Bérout](#) (2009), buscam organizar os desorganizados e, dialeticamente, potencializar

a suas próprias associações sindicais.

O MOMENTO - Quais as graves interferências do governo Bolsonaro no arcabouço protetivo do trabalho?

Patrícia Trópia: Em diversas ocasiões, Bolsonaro manifestou que queria uma legislação trabalhista próxima da informalidade, mirando, além da CLT, as instituições públicas e de fiscalização do trabalho. Em 23/3/2019, [afirmou](#): “A equipe econômica nossa também trabalha uma forma de desburocratizar o governo, desregulamentar muita coisa. Tenho dito à equipe econômica que na questão trabalhista nós devemos beirar a informalidade porque a nossa mão-de-obra é talvez uma das mais caras do mundo”.

O horizonte da formalidade e dos direitos garantidos pela CLT, a rigor, esteve o tempo todo na mira do governo Bolsonaro. Na proposta de Carteira Verde e Amarela, caso aderisse, o trabalhador teria que renunciar a parte dos direitos em nome da preservação do emprego. Ainda que não tenha conseguido emplacar todas as mudanças pretendidas, o governo aprovou algumas medidas deletérias aos trabalhadores no período pré-pandemia, como a Lei da liberdade econômica (lei 13.874/2019) e a Reforma da Previdência em 2019.

A Reforma da Previdência foi a principal interferência do governo Bolsonaro no arcabouço protetivo. A Reforma da Previdência reduziu a idade mínima para aposentadoria. No caso das mulheres, o direito à aposentadoria passou de 60 para 62 anos, com regras específicas para trabalhadores rurais, policiais e professores. A Reforma modificou vários direitos dos servidores públicos. E, no setor privado, a opção de escolher se aposentar por idade ou tempo de contribuição tornou-se impossível. Mesmo quem já contribuiu pelo tempo mínimo não pode se aposentar se não tiver a idade mínima - como é o meu caso que, desde então, preciso completar 62 anos para desfrutar deste direito, mesmo depois de mais de 30 anos de contribuição.

Cabe um último comentário sobre a relação entre o governo Bolsonaro e o sindicalismo. A tutela sindical não é um fenômeno apenas conjuntural, vale dizer, daquelas conjunturas em que determinados governos autocráticos intervêm nos sindicatos, como ocorreu na ditadura militar. Em função do modelo de sindicalismo oficial brasileiro, a tutela sindical é estrutural: é o Estado que julga as disputas de representação e, no limite, decide qual é o único sindicato representante de uma determinada categoria profissional em uma mesma base territorial (unicidade sindical); é o Estado que



define os contornos da categoria profissional ou ainda que arbitra os litígios grevistas. Este modelo produz um paradoxo: está baseado na unicidade sindical, mas existem no Brasil aproximadamente 12.000 entidades sindicais pois se trata de um modelo que incentiva a fragmentação e a divisão dos sindicatos. Outro efeito deste modelo é a existência de um governismo, alimentado pela crença das lideranças que o Estado os protegerá e arbitrará conflitos a seu favor.

O governo Bolsonaro, todavia, conseguiu uma façanha, por assim dizer. O governo Bolsonaro tratou os movimentos sociais e o sindicalismo particularmente, como inimigos. Não se sentou, não negociou, não estabeleceu diálogo social com sindicatos nem centrais. Os sindicatos deixaram de ser considerados interlocutores legítimos, foram desprezados nos processos de negociação de políticas públicas e sistematicamente combatidos. A MP 873/2019, que limitou a cobrança de quaisquer contribuições aos sindicalizados, foi uma tentativa de inviabilizar financeiramente a organização sindical e o *Grupo de Altos Estudos do Trabalho* (GAET), criado pelo governo sem a presença sindical, evidenciou para os sindicalistas naquele governo trabalhador não tinha representação.

O resultado do “negacionismo sindical” foi a unidade programática de todo o movimento sindical, que passou a atuar no Fórum das Centrais, ainda que com disputas internas, realizou o Conclat 2022 e organizou uma frente de apoio à candidatura de Lula, nas eleições de 2022.

O MOMENTO - Quais são as principais questões que articulam o sistema de precarização hoje, entre nós?

Patrícia Trópia: São várias as dimensões da precarização do trabalho. Falamos sobre os efeitos deletérios da Reforma Trabalhista, que amplia contratos precários e atípicos, com impacto sobre a composição salarial, intensificação dos ritmos do trabalho, aumento de acidentes, desproteção social e fragilização das entidades sindicais etc. Os limites à exploração do trabalho foram implodidos.

Além destas dimensões, podemos tomar o desemprego e o próprio emprego como indicadores da precarização. No Brasil, o número de desalentados – ou seja de pessoas em idade ativa, mas que não procuram emprego por acreditarem que não conseguiriam uma oportunidade - é de 4,3 milhões (IBGE, 2022); e o desemprego de longa duração vem crescendo no país – o percentual de desempregados que buscavam uma vaga há dois anos ou mais alcançou 27,1%, segundo os dados do IBGE. O desemprego também tem um perfil que evidencia

as assimetrias de gênero e raça: a taxa de desocupação entre mulheres é 50,2% maior do que a dos homens e a taxa de desemprego das pessoas pretas era quase 50% maior que as brancas ([Cf. Cardoso, 2022](#)). Mas a precarização não está apenas no desemprego, mas no emprego. Isto significa que a formalização não é, nem de longe, o limite para a precarização. Uma destas dimensões é a terceirização que, no Brasil, se tornou irrestrita, justamente no contexto pós-golpe, com a Lei 13.429 de 2017. Até 2017, a terceirização era restrita às atividades meio.

De acordo com [Cavalcante e Marcelino](#) (2021), a terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas.

Sua aplicação pelas empresas e instituições busca, além da redução dos custos trabalhistas, a supressão da subordinação ao direito do trabalho. As “prestadoras de serviços” são contratadas pela empresa principal por meio de uma relação comercial e esta última se desobriga dos direitos trabalhistas. A contratada, sob pressão dos custos e prazos, aumenta o grau de exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, reduzindo, negando e desrespeitando direitos e benefícios trabalhistas.

A terceirização é perversa. Ela potencializa a concorrência entre trabalhadores. [Druck e Filgueiras](#) (2014, p. 109-10) afirmam que a terceirização constitui “uma modalidade de gestão do trabalho incentivada pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho e do mercado de trabalho, exige flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização social”.

As colegas [Graça Druck e Victoria Basualdo](#) (2020), sintetizaram as várias dimensões da precarização do trabalho que estão presente na terceirização, entre as quais vale a pena citar: 1) o reforço do caráter mercantil da força de trabalho, em um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, mais vulnerável e com formas de contratação sem proteção; 2) o aumento da (in) segurança e saúde no trabalho, levando a altos índices de acidentes de trabalho, adoecimento e mortes; 3) a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, afetando a solidariedade e a identidade de classe; 4) o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores.

O MOMENTO - Você é uma estudiosa do perfil das Centrais sindicais no Brasil. O que caracteriza essas organizações?

Patrícia Trópia: O quadro das centrais sindicais brasileiras é bastante dinâmico. Desde 2005, O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dispõe de um Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. Em 2015, quando publicamos o livro *As bases sociais das novas centrais brasileiras* (Galvão et al., 2015), havíamos identificado 12 centrais registradas no MTE e uma sem registro. Posteriormente ao nosso levantamento, foram criadas mais duas centrais: a Pública – Central do Servidor – e a CESP - Central das entidades de servidores públicos. Atualmente neste Cadastro estão registradas 14 centrais sindicais (MTE, 2023):

- CENTRAL DO BRASIL DEMOCRATICA DE TRABALHADORES - CBDT NACIONAL
- CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
- CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS
- CENTRAL UNIFICADA DOS PROFISSIONAIS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL
- CESP - CENTRAL DAS ENTIDADES DE SERVIDORES PUBLICOS
- CGTB - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL
- CTB - CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL
- CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
- FS - FORÇA SINDICAL
- INTERSINDICAL - CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA
- NCST - NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES
- PUBLICA - CENTRAL DO SERVIDOR
- UGT - UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
- UNIAO SINDICAL DOS TRABALHADORES - UST

Desde 2003, inicia-se um processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro, processo que se consolida com a aprovação da lei de reconhecimento das centrais, em 2008, a [Lei 11.648](#) (BRASIL, 2008).

Pesquisamos nos últimos anos as seguintes centrais sindicais: CTB, CSP-Conlutas, CUT, Intersindical e UGT. O panorama que apresentamos em nossos estudos mostram que estas centrais representam distintos setores econômicos, mas

há predomínio de alguns deles (industrial, de serviços, servidores públicos, setores mais dinâmicos e estruturados da economia) em suas bases, de tal modo que o perfil da base importa muito na análise do posicionamento político ideológico das centrais. A tradição de luta dos sindicatos de base também é outro aspecto importante para compreendermos o panorama das centrais e a sua maior ou menor disposição de luta, organização e mobilização dos trabalhadores.

A CSP-Conlutas surgiu em março de 2004 (ainda como Conlutas), a partir de algumas correntes que integravam a CUT: o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre elas o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). A saída dessas correntes foi provocada por discordâncias em relação à participação da CUT nos organismos tripartites (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT). A pá de cal foi a reforma da previdência de 2003, que gerou uma grande insatisfação entre os funcionários públicos, que tiveram seus direitos reduzidos. Não por outro motivo, esta central tem em seus quadros, fundamentalmente servidores públicos, dos setores da educação e da saúde.

A crítica à estrutura sindical e ao sindicalismo de cúpula sem raízes e burocratizado motivou a criação da Intersindical. Criada em 2006 tinha como objetivo resgatar os princípios fundamentais que teriam norteado a fundação da CUT. Embora dividida em duas desde 2008, a Intersindical “Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora” e a Intersindical “Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central”, ambas mantinham o princípio de que uma nova central sindical deveria ser construída por um movimento preliminar nas bases (Galvão et al., 2015).

A CTB também se originou de uma corrente atuante no interior da CUT. Suas origens remontam à atuação da Corrente Sindical Classista (CSC), que no período democrático pós-1985 integrou, inicialmente, a antiga Central Geral dos Trabalhadores (CGT), mas que, em 1988, rompeu com esta central e, em 1990, passou a integrar os quadros da CUT. A permanência dos sindicalistas da CSC dentro CUT se estendeu por um período de dezesseis anos. No 9o Congresso Nacional da CUT, em 2006, a aliança com essa central foi rompida e, em 2007, a CTB foi fundada. As razões desta ruptura com a CUT foram mais de natureza pragmática, pois a CSC entendia

que, compondo 20% da CUT, poderia criar sua própria central. Mas sempre houve divergências entre sindicalistas da CSC e outras correntes cutistas. Uma das principais divergências dos sindicalistas ligados à CSC era a defesa, por setores da CUT, da Convenção 87 da OIT. A CSC e a CTB são historicamente defensoras da unicidade sindical e temem que o pluralismo sindical enfraqueça e divida o movimento sindical.

A origem da UGT ocorreu em julho de 2007, durante o *Congresso Nacional de Trabalhadores*, na cidade de São Paulo (SP). As três principais forças que compuseram a UGT foram: 1) a CGT (*Confederação Geral do Trabalho*), a CAT (*Central Autônoma dos Trabalhadores*), e a SDS (*Social Democracia Sindical*), uma dissidência da Força Sindical.

As mudanças no modelo econômico e as conjunturas políticas interpelam as centrais a se posicionarem. Em algumas conjunturas as centrais se dividem, não tem um consenso mínimo. Na conjuntura do impeachment as centrais não estavam todas unidas. Na conjuntura da Reforma Trabalhista, o movimento sindical fez mobilizações importantes, organizou uma greve geral, mas ainda assim houve dissidências e contradições no seio do movimento sindical. Noutras conjunturas as centrais buscam se unir e fortalecer. Em 2022, nove centrais organizaram o Conclat 2022 e produziram uma [Pauta da Classe Trabalhadora – Conclat 2022](#), com uma agenda comum em defesa dos trabalhadores, da retomada do desenvolvimento e da proteção social.

Se as centrais tentam em determinadas conjunturas agir de forma unitária isso não significa que não haja tensões e conflitos políticos entre elas. As centrais sindicais estão se organizando para apresentar uma proposta de reforma sindical e sobre isso não há consenso.

O MOMENTO - O sindicalismo brasileiro, no atual estágio da crise capitalista, terá capacidade de avançar na reorganização da classe trabalhadora?

Patrícia Trópia: Afirmamos, anteriormente, que, desde o golpe de 2016, o sindicalismo enfrenta um período marcado pela ofensiva neoliberal-conservadora e por um processo sistemático de desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas. Tudo isso cria uma série de dificuldades e desafios para as classes trabalhadoras e suas formas de organização e representação de interesses.

O movimento sindical tem sido desafiado em seu poder de representação e mobilização pelo crescimento da informalidade e da terceirização, por um lado, e pela queda na filiação sindical e na

arrecadação, por outro. Com o fim do imposto sindical, os sindicatos perderam capacidade de financiamento. Muitos sindicatos tiveram que fechar sedes e sub-sedes e outros reduziram o tamanho das estruturas das entidades.

Como os sindicatos enfrentam esse contexto?

As pesquisas que conduzimos com colegas ([Campos et al., 2021a](#); [Campos et al., 2021b](#); [Colombi et al., 2022](#)) evidenciam que os sindicatos, embora tenham sido muito impactados pela reforma trabalhista, tem buscado se defender e reinventar.

Os sindicatos passaram a dar maior atenção a comitês de empresa, eleição de delegados sindicais e representantes no local de trabalho com vistas a se aproximar dos trabalhadores. Campanhas de sindicalização tornaram-se mais frequentes, novas estratégias de comunicação, sobretudo com o amplo uso das redes sociais, passaram a ser recorrentemente utilizadas. A oferta de serviços assistenciais também continua sendo vista como uma forma de atrair novos sócios.

Publicados no livro [Panorama do Sindicalismo no Brasil 2015-2019](#), os resultados da pesquisa que finalizamos em 2022, com 27 entidades sindicais nacionais, mostram que há experiências promissoras de organização. Alguns sindicatos têm procurado representar e mobilizar os terceirizados, alterando estatuto, filiando-os ou criando a figura do sócio usuário ou sócio especial, embora esta prática seja residual. Outros têm procurado realizar ações voltadas a grupos específicos de suas bases, tais como mulheres, jovens, aposentados, inseridos ou não em movimentos sociais.

Na pandemia, os sindicatos, mundo afora, ressurgiram como atores centrais. O princípio da solidariedade que está na base de toda associação sindical emergiu, em um contexto de crise sanitária sem precedentes. No Brasil, muitos sindicatos colocaram suas estruturas para apoiar e desenvolver ações solidárias, humanitárias, e defender a vida de seus representados. Compraram EPIs para seus filiados, distribuíram alimentos nas periferias e apoiaram as chamadas “cozinhas comunitárias” organizadas pelo MTST. Os sindicatos mostraram que o princípio da solidariedade entre os trabalhadores não é coisa do século XIX, mas continua vivo. Os trabalhadores e as trabalhadoras sindicalizadas têm melhores condições de trabalho pois suas entidades acabam cumprindo um papel de defesa de direitos e de fiscalização do trabalho - o que significa que a associação sindical faz diferença na vida dos trabalhadores.

DEMOCRACIA NO BRASIL: UM PRODUTO ACESSÍVEL À BURGUESIA, MAS QUE CUSTA CARO À POPULAÇÃO



Foto: Gustavo Leighton

Por Gabriela Pithon

É fato que a história do Brasil foi e segue sendo construída por meio de políticas completamente instáveis e líderes que nunca levaram em consideração a voz do povo. O que esperar de um país que continuou sendo monarquista após a Independência, com o apoio e financiamento de escravocratas? Ou que proclamou sua República através de um golpe de Estado? Onde por muito tempo o voto de cabresto prevaleceu e, mesmo em tempos atuais, políticos cometem diversos crimes eleitorais e ganham as eleições.

Desde a colonização até a ditadura militar, o povo teve constantemente sua voz calada, seus direitos arrancados e sua identidade apagada, e esse passado extremamente bárbaro e opressor nos traz consequências até hoje. A desigualdade social segue piorando a cada dia, minorias são marginalizadas e assassinadas apenas por existirem e o racismo é escancarado de várias formas: através da violência policial, da cultura de subordinação do negro, e até em frases que escutamos no dia a dia, que foram normalizadas, ao ponto de que se condenarmos esses atos, é “vitimismo” e “mimimi”.

Por incrível que pareça, o período democrático mais longo de nossa história é justamente esse que estamos vivendo, 36 anos desde o fim da ditadura militar, mesmo assim, continuamos tendo nossa democracia ameaçada todos os dias, colocando em risco também, nossos direitos e liberdade de se expressar.

O Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 deixou bem claro a fragilidade da democracia no país. Naquele momento, a elite brasileira usou todos os seus recursos para alienar a população e fazer parecer que estávamos do mesmo lado, que lutávamos pelas mesmas coisas, quando na realidade apenas defendiam os interesses da burguesia, e de lá para cá, com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, quem sofreu as consequências foi o povo, que estava na rua apoiando o golpe.

Existe uma ideia de que a democracia representa a voz do povo. Tudo é feito pensando no povo. É pensando no povo que a burguesia manipula informações a todo momento, é pensando no povo que a burguesia precariza

saúde e educação pública de propósito, e é pensando no povo que a burguesia apoia operações policiais que matam pessoas inocentes todos os dias.

A democracia no Brasil não passa de uma palavra com significado meramente ilustrativo para fazer a população acreditar que a gente tem algum poder de decisão no país, quando na verdade, vivemos uma ditadura da burguesia.

Segundo Lenin, em seu livro “Como Iludir o Povo”, a própria estrutura do sistema capitalista promove uma desigualdade de recursos políticos, como dinheiro, meios de comunicação, educação, etc. Com base nisso, a burguesia toma nossos recursos e em troca nos dá uma falsa sensação de liberdade de escolha, essa ilusão de participação popular na política.

A Reforma Trabalhista não foi pedida pelo povo, a Reforma da Previdência não foi pedida pelo povo, e muito menos a Reforma do Ensino Médio. E quanto a Reforma Agrária? Lutamos tanto por isso e a única vez que chegamos perto de conseguir, sofremos um golpe de Estado.

Outro exemplo da ditadura burguesa é a prisão de Lula, em 2018. A partir do momento que ele começou a dar o mínimo de dignidade para a população, foi preso injustamente e sem provas. Ou seja, até mesmo a Justiça, um dos principais pilares da democracia, funciona de acordo os interesses da burguesia.

Quando vamos às ruas nos manifestar e lutar por nossos direitos, somos recebidos pela polícia com violência, tiros de bala de borracha e gás lacrimogêneo. A mesma polícia que estava tirando fotos e dando risadas com os golpistas do 8 de janeiro.

Assim como Eduardo Galeano, eu também me pergunto: será que tudo nos é proibido, exceto cruzar os braços?

Referências:

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *Como iludir o povo*. Editoria Global. Brasil, 1979.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. L&PM Editores. Brasil, 2022.

NÃO É UM EMBARGO NEM UM BLOQUEIO. É UMA GUERRA CONTRA A SOBERANIA CUBANA!



Imagem: Yerson Olivares

Por Matheus Almeida

“Existem próteses mais resistentes, de maior qualidade. Eu caminharia melhor. E ainda seria capaz de trabalhar muito mais. Mas não temos acesso a elas por conta do bloqueio”, afirma Cubano no documentário *The War on Cuba*.

Cuba é alvo do mais longo bloqueio econômico da história da Modernidade. Praticado há mais de 60 anos pelos Estados Unidos contra a ilha caribenha - apesar de não ser uma guerra de balas e bombas -, o bloqueio afeta cada aspecto da vida da população Cubana, principalmente através de sanções econômicas que impedem a compra de próteses para pessoas com deficiência, de alimentos, de materiais de higiene e medicamentos para o povo cubano.

Longe de ser motivado por preocupações voltadas aos direitos humanos, trata-se do dinheiro e poder. Até 1959, Cuba se estruturava como uma espécie de colônia estadunidense, com uma economia balizada por companhias americanas, políticos corruptos e a máfia. Entretanto, com o avanço da revolução Cubana e a derrubada do tirano Fulgêncio Batista, as com-

panhias americanas passaram por um processo de nacionalização. Nesse sentido, em 1960, Cuba iniciou uma onda de nacionalizações que afetou os negócios norte-americanos na Ilha, em um valor de US\$ 1 bilhão, incluindo terras e refinarias de açúcar.

O processo de nacionalização das companhias americanas ocorreu em conjunto com a reivindicação da soberania do povo Cubano e dos seus direitos de se autogovernar, com enfoque nos interesses da nação e do seu povo. Acompanhado da ampliação dos direitos básicos à maioria, às mulheres, aos LGBTQIAP+, ao povo negro, aos camponeses, enfim, aos interesses da classe trabalhadora!

O bloqueio é, naturalmente, uma retaliação contra a tomada da soberania do povo Cubano. É uma guerra travada no campo da economia, a qual impede que Cuba exerça negócios com os Estados Unidos - a capital, Havana, fica a menos de 150 km da Flórida -, barrando a comercialização entre ambos os países. Não é permitido ao povo Cubano sequer abrir contas bancárias,

dificultando a compra de produtos e solicitação de empréstimos financeiros. Além disso, o bloqueio dificulta o acesso à internet, impede e/ou dificulta que atividades comerciais entre Cuba e outros países sejam realizadas.

Durante a presidência de Barack Obama, as relações entre os Estados Unidos e Cuba melhoraram e surgiram medidas para amenizar a situação. As restrições às viagens foram suspensas, os voos comerciais entre os dois países foram retomados, algumas sanções foram relaxadas e Cuba foi retirada da lista dos países que apoiam o terrorismo. Em 2015, por exemplo, as relações diplomáticas foram retomadas com a reabertura da embaixada dos Estados Unidos em Havana.

“Não serve aos interesses da America, ou do povo Cubano, tentar empurrar Cuba ao colapso”, afirma, em uma coletiva de imprensa, o ex-presidente Barack Obama. A partir da nova relação estabelecida, companhias aéreas americanas e cruzeiros começaram a levar turistas à Havana, amplificando o turismo e a economia Cubana. Entretanto, após a posse de Donald Trump em 2017, muitas dessas mudanças foram revertidas, reforçando o embargo com sanções entre 2019 e 2021, restringindo novamente viagens e reposicionando Cuba na lista dos países que apoiam o terrorismo.

Para além do turismo e dos negócios, os jogadores Cubanos passaram a ser proibidos de jogar na liga principal de beisebol (MLB), tendo Cuba, o seu esporte nacional afetado. “Representar o meu país no mais alto nível, que é a MLB, seria meu sonho. Para jogar teria que renunciar ao meu país. E eu não gostaria de fazer isso. Gostaria de jogar e retornar ao meu país para ficar com a minha família e não longe deles”, afirma Xiam Vega - uma das maiores apostas do Beisebol Juvenil de Cuba -.

Muito mais do que um embargo, bloqueio, ou cerco, as atitudes estadunidenses para com o povo Cubano precisam ser interpretadas como uma declaração de Guerra! As sanções contra Cuba não são simplesmente uma restrição ao comércio. O governo dos Estados Unidos procura gerar ‘fome e desespero’ na população para criar uma mudança de governo.

Segundo dados de 2019 do Observatório da Complexidade Econômica do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), a China é o principal destino das exportações cubanas (38,2%), seguida da Espanha (10,5%), Holanda (5,44%), Alemanha (5,37%) e Chipre (4,05%).

Na outra direção, Cuba obtém suas importações principalmente da Espanha (19,2%), China (15%), Itália (6,2%), Canadá (5,4%) e Rússia (5,39%), entre outros. Algumas de suas principais exportações são fumo, açúcar, bebidas alcoólicas, níquel e zinco. Já as importações incluem carne de frango, trigo, milho e leite concentrado.

Entretanto, esses dados não são suficientes para a ampliação e aperfeiçoamento da Soberania, Liberdade e Democracia Proletária do povo cubano. Urge, cada vez mais, a necessidade do internacionalismo Proletário e a Solidariedade entre os povos contra o imperialismo operado pela máquina de guerra estadunidense, seja a partir das suas bases militares, seja a partir dos seus embargos econômicos. Não é um embargo nem um bloqueio. É uma guerra contra a soberania dos povos!

Referências:

<https://youtu.be/z1mknIkBGUA>

<https://youtu.be/61hYxh9x61Y>

https://youtu.be/_pNBp0n08ak

https://www.youtube.com/live/z_BG_exynYU?feature=share

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-embargo-dos-eua-a-cuba-e-como-ele-afetou-a-economia-da-ilha/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Embargo_dos_Estados_Unidos_a_Cuba

TERAPIA NÃO BASTA: SAÚDE MENTAL E CAPITALISMO

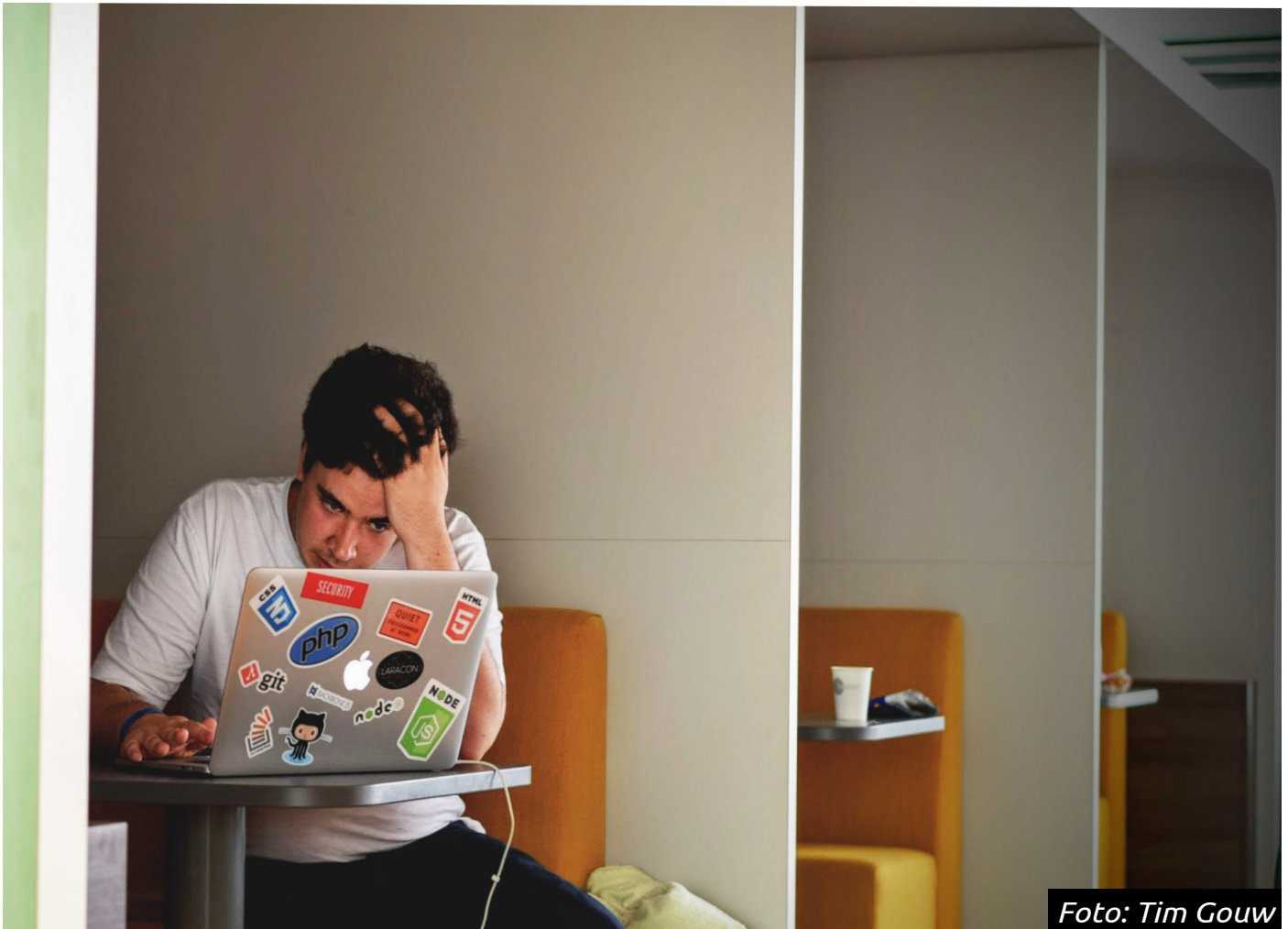


Foto: Tim Gouw

Por Ágatha Luz

Categorizar e solucionar o adoecimento psíquico do ser humano é insuficiente e perigoso sem pautar a própria estrutura que motiva nosso sofrimento coletivo.

Em nosso cotidiano, seja no ambiente de trabalho, no conteúdo transmitido pelas redes sociais ou até certos setores acadêmicos de pesquisa, existe um reducionismo perigoso em nossa interpretação do que significa estar adoecido mentalmente: os termos e descrições adotados corriqueiramente em nossos diálogos sobre saúde mental refletem fenômenos psíquicos como a exaustão, frustração ou desânimo profundos como simples processos de má-gestão individual das dificuldades diárias. É necessário, no entanto, superar tal ponto de vista individualista e enxergar transtornos e sintomas dessa natureza como intimamente proporcionados e aprofundados pela estrutura econômica em que somos obrigados a existir.

A grande problemática de desconsiderar

as contradições pavorosas do sistema capitalista em nossa compreensão sobre adoecimento mental em massa não é sempre explícita. Acontece que a própria forma com a qual discutimos saúde mental é programada de forma súbita para descartar essas implicações sociais da nossa consciência.

Em Neoliberalismo com gestor do sofrimento psíquico (2021), o filósofo Vladimir Safatle defende que o modo de produção que forja o terreno em que nossa cultura e sociedade tomam forma não apenas é responsável por gerar sistematicamente certas formas de profundo sofrimento humano, como também de as manter vivas através da manipulação do próprio debate sobre o tema. Em suas palavras: "controlar a gramática do sofrimento é um dos

eixos fundamentais do poder”.

Safatle ilustra essa tese com a forma em que a categorização tradicional de transtornos mentais que adotamos há décadas, notadamente difundidas pelas extremamente bem-sucedidas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (ou DSM, editadas pela Associação Americana de Psiquiatria), ditam desde o princípio a linguagem que utilizamos como ponto de partida em nossas formulações habituais sobre o que é ou não “normal” e “saúdável” dentro da psicologia sem nem percebermos.

Essa linguagem patologiza e busca corrigir o indivíduo “anormal”, além de não levar em conta as condições sociais que influenciam ou acarretam certos comportamentos adversos à normalidade. Inclusive, esse léxico individualista, correccional e acrítico serve como a gramática adotada em grande parte do conteúdo produzido e amplamente circulado atualmente dentro das redes sociais, que repopularizaram, por exemplo, conceitos como a “síndrome de burnout” em nosso imaginário.

Assentar nossas conversas sobre saúde mental sob de categorias (sintomas e diagnósticos) pré-estabelecidos, sem questionar em que se fundamentam essas categorias e onde se equivocam, tem o poder nefasto de legitimizar como inerentes à condição humana o sofrimento psíquico de propensão socioeconômica.

A própria síndrome de burnout é um ótimo exemplo. Também chamada de estresse ocupacional, a expressão já tem uma certa idade em seu emprego acadêmico, porém obteve enorme ressonância desde o início da pandemia de Covid-19, quando a exaustão dos profissionais de saúde frente a crise sanitária virou uma grande pauta midiática. Desde fóruns anônimos à artigos médicos divulgados em portais oficiais de medicina e psicologia, o mais propagandeado como tratamento para essa condição de exaustão é uma mudança de estilo de vida. Isso significa aprender a gerenciar melhor a rotina, investir mais em exercício físico e ser assistido por um terapeuta, além de adotar práticas relaxantes como a atenção plena e o yoga.

Basicamente, a orientação geral mais aceita e propagada – a mais legitimada – é a de se conscientizar sobre seus hábitos pessoais diários e transformá-los. Seriam então essas escolhas individuais, e somente elas que acarretam ou evitam toda a indisposição, tristeza e cansaço relacionados à ocupação profissional do su-

jeito. Nunca fatores eternos.

Existem também, não menos contraditórios, aqueles completamente aversos à digitalização do mundo moderno, e que culpam a própria modernização como fator primário e único do adoecimento psíquico global.

Muito mais raro é encontrar discussões sobre os próprios padrões de trabalho impostos à classe trabalhadora que ocasionam esse adoecimento e, além do mais, dificultam em si a possibilidade de mudanças benéficas de hábito: para uma grande parte de nós, um melhor aproveitamento do tempo e maior dedicação ao próprio bem-estar é simplesmente, muitas vezes, inviável.

Enquanto existem duras críticas a serem feitas sobre a responsabilidade relativa que conservamos em relação a nossa qualidade de vida, como também sobre a dinâmica problemática que a tecnologia assume em nossa realidade – inclusive em relação a superexploração da classe trabalhadora – ambas análises são supérfluas porque falham em reconhecer o básico. Trabalhar mais, com maior precariedade e menor segurança, em troca de um menor acesso à remuneração digna e menor garantia a direitos trabalhistas, são causadores e catalizadores fundamentais das particularidades que o sofrimento humano incorpora atualmente. Isso sem contar com as diversas formas de opressão que orientam nossas interações com o mundo em que vivemos.

Por isso, lutas a favor da diminuição da jornada de trabalho para trinta horas semanais ou contra a terceirização devem ser, também, básicas quando se discute saúde mental. Inclusive, é necessário que a própria linguagem de categorização que adotamos seja profundamente revisada, a fim de compreender a classe trabalhadora de forma realista, coletivizada, e produzir tratamentos e soluções reais ao invés de medidas superficiais e individualizadoras.

SUSPENDER NÃO É REVOGAR: PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO E UMA OUTRA EDUCAÇÃO NA BAHIA



Foto: Ed Alves/CB/DA.Press

Por Antony Araújo, militante da UJC FSA e Victor Almeida, militante da UJC SAJ

O presidente Lula, junto ao ministro da educação, Camilo Santana, anunciou, no último dia 06/04, a suspensão da implementação do novo ensino médio. Porém é necessário explicitar que **SUSPENSÃO NÃO É REVOGAÇÃO**, visto que isto tem gerado confusão entre trabalhadores e estudantes em todo o país.

Essa afirmação é um imperativo, especialmente quando nos encontramos sob a “égide” de um governo cuja base social tem lastro nos trabalhadores, e, supostamente, deveria se comprometer a atender as necessidades destes, no entanto, tais necessidades se chocam com os interesses dos mais ricos e donos dos grandes conglomerados educacionais, que são postos em alta conta pelo governo, o que evidencia mais uma vez como o Estado é o grande balcão de negócios da burguesia.

Segundo as falas do presidente Lula, sua equipe apenas realizou a suspensão por esta já constar do plano da equipe de transição e que se busca meios para que se “deixe todas as pessoas satisfeitas”, no entanto, não é viável a conciliação entre os interesses dos estudantes, professores e as grandes corporações privadas da educação, já que se tratam de interesses, por essência, antagônicos.

Essa impossibilidade se mostra na prática, para além da própria implementação do ensino médio, na fala do presidente, que afirmou: “Nós não vamos revogar, nós suspendemos e vamos discutir com todas as entidades interessadas em discutir como aperfeiçoar o ensino médio neste país”.

Esta postura demonstra que há um compromisso pela não revogação, colocando o Novo Ensino (NEM) como uma possibilidade a ser concretizada pelo governo, e que há apenas alguns retoques a serem feitos, uma maquiagem. A suspensão mascara a problemática e necessidade real de uma ampla mobilização por todos os setores sociais da classe trabalhadora e reforça o mito de que há a possibilidade de aproveitar algo neste projeto, que foi aprovado e posto a cabo por um parlamento e governo golpistas, a partir do golpe de 2016.

É preciso reafirmar que não há o que ser salvo, o que se aproveitar do novo ensino médio, não há o que debater de “aperfeiçoamento” com o que está posto em sua essência: um modelo de ensino burguês, que aprofunda a lógica de alienação do capital e de sua reprodução na realidade, perpetuando a exploração e aprofundando-a, através da permissibilidade de formação para classe trabalhadora apenas de uma educação de segunda ou terceira categoria, tecnicista e que “forma de forma barata, mão de obra barata” (Rita Von Hunty).

Os setores do campo democrático-popular, bem como as maiores entidades estudantis como UNE e UBES, aliados ao governo, apesar de se posicionarem favoráveis à revogação, na prática não despendem suas energias e recursos nesta luta, especialmente com medo de afetar negativamente o governo Lula, e repetir o que foi Junho de 2013, não vendo o processo de mobilização, mesmo em um governo de esquerda, como um fator que favoreça as disputas em favor da classe trabalhadora

dentro do governo e do parlamento.

A essência burguesa, capitalista e neoliberal do novo ensino médio priva os filhos e filhas da classe trabalhadora de terem acesso, em um momento fundamental de sua formação, ao máximo possível de conhecimento produzido pela humanidade e que vai ser base da nossa instrução durante toda a nossa vida, tanto no ensino superior, nos mais diversos cursos, bem como para outras dimensões da nossa existência e da nossa presença nesta sociedade capitalista. E, para além de sermos privados do acesso a aprendizagens fundamentais, somos privados de um ensino público e gratuito com qualidade.

O NEM apresenta uma série de problemas em sua constituição e que fora apontado desde a sua apresentação e aprovação, que ocorreu sem qualquer debate com o movimento estudantil, sindicatos de educação, professores e alunos, contando apenas com a representação de ONGs financiadas pelos grandes conglomerados educacionais e outros setores da burguesia nacional.

Essa forma de construir um novo modelo educacional para o ensino médio permitiu que o mesmo pudesse ser ainda mais esvaziado de conteúdo, ao realizar a redução de campos importantes do conhecimento no currículo base, como das áreas de ciências humanas e filosofia.

A inserção dos chamados “itinerários formativos”, removem o caráter universal que o ensino público deveria ter, pois não permite aos estudantes a possibilidade de alteração após a escolha, além de não ser uma garantia que todos os estados, municípios ou mesmo escolas dentro de um mesmo município conseguirão oferecer sempre os mesmos itinerários formativos, limitando assim, de várias formas, o acesso ao conhecimento de forma ampla.

Para além disso, os itinerários formativos materializam, na prática, o esvaziamento ainda maior da escola enquanto local de apreensão de conhecimento, visto que, substituindo disciplinas essenciais, coloca em seu lugar tópicos que não deveriam estar na formação escolar, ainda mais em detrimento de conhecimentos basilares das ciências, a exemplo do “Projeto de Vida” (que mais uma vez encarrega a escola de questões que estão além de sua alçada ou mesmo da alçada do próprio professor em sala de aula, sendo problemas e deveres do Estado brasileiro) que institui uma série de disciplinas como “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”.

“A classe dominante possui uma educação completa enquanto, para as e os trabalhadores, resta aprender a ler e escrever. A ampla oferta de Itinerários e disciplinas eletivas, de um farto quadro de

profissionais e boa infraestrutura estará disponível apenas aos secundaristas cuja renda permitir. Para os mais empobrecidos, fica a obrigação de conciliar trabalho e estudo, a evasão como necessidade à sobrevivência, e o horizonte de expectativas reduzido à formação técnica e profissional. Aos ricos, a garantia da educação integral do sujeito humano; aos pobres, a sobrecarga da formação em tempo integral, mas unilateral.” (Nota Política da UJC – Pela Revogação da Contrarreforma do Ensino Médio [4])

Todas essas questões específicas da Lei nº 13.415/2017 (Lei do NEM, que sanciona a nova BNCC - Base Nacional Comum Curricular), além de reforçarem um ensino tecnicista (já que aprende-se o estritamente necessário para atuar em funções que demandam mão de obra barata e conhecimentos mínimos, como os postos no NEM) e aprofundar com isso a alienação e reprodução de ideologia liberal, precariza enormemente o trabalho docente, realiza o desmonte das licenciaturas, bem como, promove uma enorme sobrecarga de trabalho especialmente devido aos itinerários formativos.

Todos esses problemas são atravessados pelo histórico projeto de desmonte e crise da educação brasileira, que a sucateia, além em seu conteúdo, mas na sua forma física, na falta de investimentos concretos nas escolas, de permanência adequada aos estudantes, na falta de valorização da carreira docente, de uma maior liberdade de organização estudantil e tantas outras coisas.

Na Bahia isso se apresenta de forma extremamente clara, seguimos tendo um grande quantitativo de alunos por sala de aula, a ainda insuficiente quantidade de professores e poucos concursos, aliado à péssima valorização da carreira docente, a falta de infraestrutura, onde não há o básico, de piloto para as aulas, carteiras, até mesmo a gritante falta de alimentação e alimentação de qualidade, ambas essenciais, dado o cenário de insegurança alimentar que vivenciamos no país mas também ao desenvolvimento saudável (que impacta diretamente no aprendizado) da juventude baiana que depende dessa alimentação. Não bastando todas essas problemáticas, o governo da Bahia ainda investe em mais escolas militares, e investe mais em escolas militares, que contrastam em muito, especialmente em qualidade, com as escolas públicas estaduais não-militares, dado o valor de investimento posto nestas e aponta a militarização do ensino como uma saída possível em um estado tristemente marcado pela violência, sobretudo nas periferias.

O governo do estado da Bahia, e sua política militarizada, não perdoa nem a educação, e além de ser um dos estados que mais mata e encarcera a juventude preta, pobre e periférica, segue fomen-

tando um projeto fadado ao fracasso, tanto no plano da segurança pública, quanto no campo da educação, especialmente visto que neste último não são as escolas militares que figuram entre os índices de melhores escolas, e contrastam com as escolas estaduais não-militares dado o não-investimento e precarização contínua destas, o mesmo não se observa com o ensino básico federal, por exemplo.

Não bastando o caos e o cenário extremamente precarizado da educação baiana, a secretária de educação, defende abertamente o projeto de "professor voluntário", um mecanismo que afeta diretamente a qualidade do ensino, que só é possível graças ao novo ensino médio, que permite a atuação dos profissionais com "notório saber", ou seja, sem necessariamente ter alguma preparação para lecionar.

Além de precarizar o ensino, a proposta aliada do novo ensino médio piora as condições de trabalho dos professores, visto que mostra um total descaso com a realização de concursos públicos, a valorização docente com melhores planos de cargos e salários, pagamento dos precatórios, GEAP, e outras melhorias trabalhistas.

Infelizmente constatamos que na Bahia as diretrizes educacionais também seguem a cartilha e a lógica neoliberal, é ainda os grandes grupos educacionais (seja no ensino superior, ou mesmo no ensino básico - por vezes é o mesmo grupo que atua em ambas) que vêem na educação uma mercadoria e não um direito conquistado a duras penas por nossa classe. É ainda a cartilha neoliberal que limita os investimentos do estado na educação, desde a infraestrutura, em melhores condições de permanência aos jovens, ou mesmo no reajuste e pagamento de salários dignos aos professores, que são os trabalhadores na linha de frente da educação - e que, por muitas vezes são abarrotados de funções e obrigações além do seu real trabalho, cumprindo um papel que o Estado se exime de cumprir.

O aprofundamento do desmonte no investimento público, e principalmente, na educação pública, se dá desde o golpe de 2016, o qual colocou Temer no poder e que marcou as ofensivas neoliberais, entre elas o novo ensino médio e o teto de gastos (EC Nº95). E no governo Bolsonaro essas ofensivas tornaram-se ainda mais intensas, sucateando o sistema público de educação em prol dos grupos privados da educação em benefício aos oligopólios de educação privada, e que levou adiante o projeto criado no governo Temer entrando em vigor no ano passado.

Apesar da vitória obtida nas últimas eleições contra o protótipo fascista do bolsonarismo, é necessário que façamos crítica a conciliação propos-

ta pela esquerda reformista, pois é fundamental exigirmos a revogação imediata do NEM, já que enquanto está sancionado o novo ensino médio, a classe trabalhadora sofre com o desmonte e precarização do ensino público, deixando evidente o sucateamento de planejamento, investimento, infraestrutura, com o objetivo de formar mão de obra acrítica e barata bem como a precarização da docência.

Obviamente que o antigo ensino médio também não atendia as necessidades da nossa classe, e estava totalmente aquém do que de fato é uma necessidade urgente ao Brasil: uma educação emancipatória, que atenda as necessidades e anseios da nossa classe enquanto projeto educacional, uma educação popular! Por essa razão seguimos apontando a necessidade de uma outra educação, no Brasil e na Bahia.

Por uma educação popular na Bahia e no Brasil ou estaremos fadados a precária educação do capital.

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO!

ORGANIZAR A LUTA DE MASSAS CONTRA OS ATAQUES NEOLIBERAIS!

OUSAR LUTAR, OUSAR CRIAR, UMA ESCOLA POPULAR!

Referências

[1] <https://www.poder360.com.br/governo/lula-diz-que-nao-vai-revogar-reforma-do-ensino-medio/>

[2] <https://omomento.org/o-novo-ensino-medio-na-bahia-precariozacao-disfarcada-de-protagonismo-estudantil/>

[3] <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/12/novo-ensino-medio-saiba-quais-mudancas-passam-a-valer-em-2022.ghtml>

[4] <https://ujc.org.br/pela-a-revogacao-da-contrarreforma-do-ensino-medio/>

[5] <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/30/mpf-contesta-qualidade-de-escolas-militarizadas-e-cita-violacao-de-direitos.htm>

[6] "Professor Voluntário": Novo Ensino Médio E A Precarização Do Ensino Público Na Bahia https://www.instagram.com/p/Co_JwOsri2K/?utm_source=ig_web_copy_link

MEDEIA NEGRA: UM GRITO CANDENTE



Foto: Caio Lirio

Por Gabriel Galego

No mês de abril, a Prefeitura de Salvador lançou o *Curto Circuito de Teatro*, ação que promoveu a circulação de oito espetáculos teatrais em teatros e espaços culturais da periferia da cidade, de forma gratuita. Foi aí que eu pude assistir o monólogo *Medeia Negra*, no SESI Casa Branca, espetáculo protagonizado pela atriz Márcia Limma. Com direção de Tânia Farias e direção musical de Roberto Brito, fui lançado à potência da voz de uma medeia brasileira.

O espetáculo não é novo, vem circulando o país há cinco anos. Em Salvador, estreou em 2018, com produção do grupo VilaVox. Em 2019, Márcia Limma foi indicada ao prêmio Braskem na categoria melhor atriz. Durante a pandemia, se adaptou ao formato online através da plataforma SESC. Entretanto, naquele momento em que pude sentir a força da medeia negra, tive absoluta certeza de que o espetáculo carregava o frescor de uma obra ainda pulsante, cheia de vida.

Quem se emociona com os cinquenta minutos de *Medeia Negra*, imersos na dramaturgia perfurante de Márcia Limma e Daniel Arcads, não pode imaginar o longo trabalho de pesquisa da atriz que levou a construção da peça. Segundo Márcia, em uma entrevista para o programa *Desmontagem*, produzido pelo SESC, a peça começa a ser pensada ainda em 2009, na Escola de Teatro da UFBA. Com o tempo, a atriz passou a trabalhar com oficinas de contação de história para mulheres negras encarceradas, junto ao grupo da professora Denise Carrascosa – de forma que a dramaturgia e as partituras corporais e vocais de *Medeia Negra* perpassam, inevitavelmente, as inúmeras histórias que atravessaram esses encontros.

O figurino, um vestido longo e negro, condensa pesquisas com as mulheres de cabaré e referências do Nego Fugido, cultura popular de Santo Amaro, na Bahia. A música, regida apenas por um piano e por um clima de *blues*, nos embala no verdadeiro centro das atenções: o corpo e a voz da *Medeia Negra*. Em um espetáculo, poucas vezes podemos vivenciar uma presença tão firme de um corpo que nunca se dispersa. O corpo de Márcia Limma nos passa uma mensagem clara: as mulheres negras, que encontram tantos percalços em uma sociedade patriarcal e racista como a brasileira, nunca perderão a força e a coragem.

O espetáculo traz referências à ancestralidade negra, com alguns elementos cênicos ligados ao candomblé. Em dado momento, o corpo de Márcia se transmuta em um búfalo, animal que representa a força selvagem de Oiá – a iabá que solta fogo pela boca, que nunca perde a coragem. No início da peça, Márcia equilibra duas cumbucas, rodeadas de búzios e em chamas, em um lento caminhar. É o fogo interno que nunca se apaga até o fim do espetáculo.

E, sem dúvida, mesmo quando vamos para casa – ainda com as imagens do corpo e com a voz perfurante da atriz em nossas mentes – algo revira em nosso interior, o fogo permanece aceso. *Medeia Negra* é um manifesto de luta, porque relembra da verdadeira história brasileira, nos causa fogo. Antes de tudo, uma arte revolucionária tem a ver com isso: estimular a memória do passado, causar fogo no público e nos deixar com o gosto de coragem na boca.

LÊNIN - 153 ANOS NA HISTÓRIA



Imagem: Unsplash

Por Ellen Lis M. Melo

Os capitalistas chamam 'liberdade' à liberdade dos ricos de enriquecer e à dos operários para morrer de fome. Os capitalistas chamam liberdade de imprensa à compra dela pelos ricos, servindo-se da riqueza para fabricar e falsificar a opinião pública. Quando lemos Lênin e interpretamos sua atuação em sua época, é impossível que haja pessoa no mundo em que uma faísca dentro do peito não se acenda, é o fogo da revolução que cresce em nós. Mesmo após sua morte, o seu legado e manuscritos são inspirações ao redor do mundo.

Há 153 anos, no dia 22/04, nasceu o maior revolucionário do século XX, Lênin, que no Partido Bolchevique foi membro fundador. Dirigiu o partido à tomada de poder na Revolução Russa de 1917. Fundou a Internacional Comunista, identificou o capitalismo com uma fase inferior ao imperialismo e destacou o papel do partido como vanguarda da revolução. Lênin é para nós, marxista-leninistas, um exemplo de grande liderança. "Lenin é um daqueles casos de seres humanos verdadeiramente excepcionais" (Fidel Castro, 1970).

Quando lemos Lênin e interpretamos sua atuação em sua época, é impossível que haja pessoa no mundo em que uma faísca dentro do peito não se acenda, é o fogo da revolução que cresce em nós. Mesmo após sua morte, o seu legado e manuscritos são inspirações ao redor do mundo.

O grande revolucionário emerge da barbárie do capitalismo na Rússia com a alternativa que levaria a Rússia (que mais tarde se tornaria a URSS) a se tornar uma grande potência socialista, contrapondo-se à burguesia, à degradação ambiental, à fome, ao desemprego, às doenças e, principalmente, à ascensão do fascismo na Europa oci-



dental. Apesar disso, até os dias atuais rondam muitas histórias em torno de seus feitos, calúnias promovidas pela mídia burguesa e muitas vezes reproduzidas por quem pertence à classe trabalhadora, mas é nosso dever desmistificar essa história e, em sua homenagem, resgatar a memória de Vladimir Illitch.

Leia Lênin, gostoso demais: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/index.htm>